

Josemar Gonçalves

tica

ANC



Vão poder privilegiar parlamentar

Privilegiado em muitos aspectos, os parlamentares constituintes poderão gozar, em breve, do benefício de serem atendidos prioritariamente, quando quiserem obter uma vaga nos vôos domésticos das empresas aéreas do país. A idéia é do terceiro secretário da Câmara dos Deputados, Heráclito Fortes, e está sendo estudada pelos diretores da Varig/Cruzeiro, Vasp e Transbrasil.

«Ainda não temos nenhuma informação concreta sobre o assunto», disse um funcionário da agência da Vasp na Câmara, que não quis se identificar. Ele disse ainda que o acordo não está em vigor, «pelo menos para esse período de Carnaval, pois não recebemos nenhuma orientação nesse sentido».

A imprensa informou que o acordo estaria vigorando desde quinta-feira, quando ocorreu uma reunião entre o terceiro secretário e os diretores das três grandes companhias aéreas do país. Um funcionário da agência da Varig/Cruzeiro na Câmara confirmou a reunião, mas acrescentou que tudo o que sabe é que a proposta está sendo estudada a nível de direção-geral das empresas aéreas.

Também no gabinete do deputado Heráclito Fortes (que retorna hoje de viagem), um assessor parlamentar desmentiu que o acordo tenha sido firmado. «Aconteceu a reunião, mas somente daqui há alguns dias as companhias deverão dar uma palavra final sobre a questão», frisou o assessor, acrescentando que a pessoa mais indicada para falar sobre o assunto é o terceiro secretário da Câmara.

Em entrevista recente, o deputado Heráclito Fortes afirmou que o atendimento prioritário não é um privilégio, e visa apenas garantir o acesso dos parlamentares às suas bases, sem prejuízos de suas atividades no Congresso. Independente do acordo ter sido firmado ou não, o certo é que ele deverá durar somente enquanto os parlamentares estiverem elaborando a nova Constituição.

PTB apóia, mas impõe condições

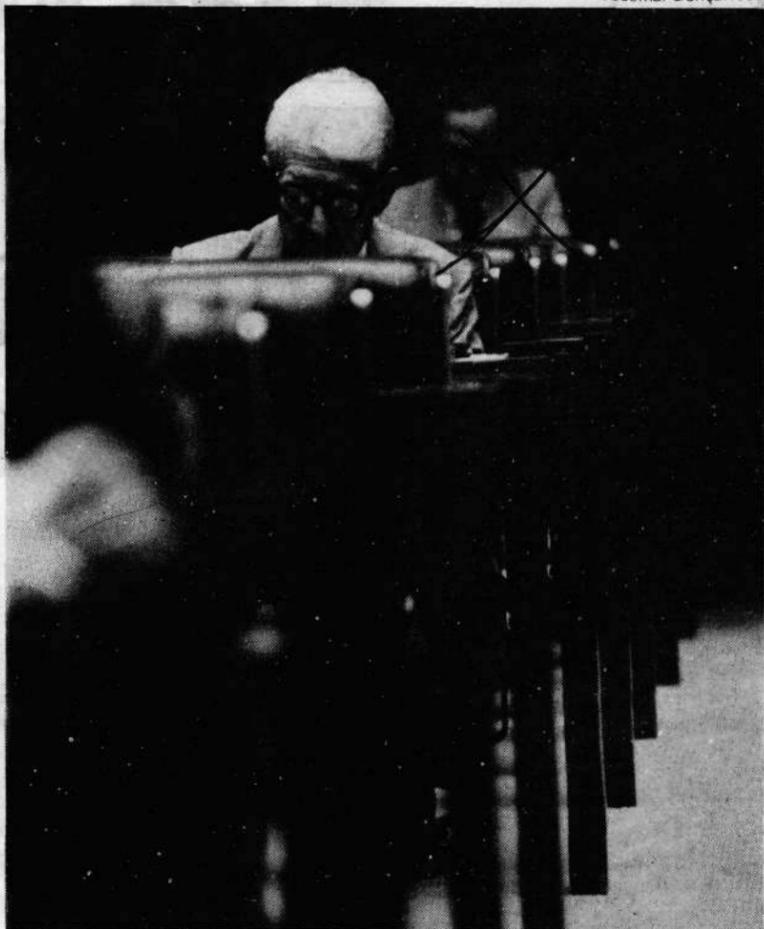
O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que conseguiu a presidência e três diretorias da Cobal no governo Figueiredo, agora quer mais para apoiar o presidente Sarney. Pela terceira vez, o líder do partido na Câmara, deputado Gastone Righi, disse ao presidente da República que seu partido deseja o governo de Roraima, um ministério e um lugar no Conselho Político do governo.

«Dêem-me tempo para eu dar uma resposta. Eu prometo resolver o mais breve possível», disse Sarney na última conversa com Righi, por telefone, na noite de sexta-feira, logo após o anúncio oficial da moratória, segundo relato do deputado. «Mas, o que eu quero, presidente, é apressar esse 'mais breve possível' para o mais breve possível», disse Righi, conforme ele mesmo contou, reproduzindo a conversa.

A pressa de Righi se justifica pelo seu interesse em que o presidente nomeie o novo governador até o dia 15 de março. E ele quer para o lugar do governador Getúlio Cruz, nomeado em julho de 1985 por influência do PFL, o deputado Otomar Pinto, o mais votado de Roraima, que deu ao PTB mais de 50 por cento dos votos do território. «Se o governo quer continuar tendo o apoio que estamos dando há dois anos, deve nos dar alguns cargos, mas de primeiro escalão. É uma peste esse negócio de cargo no terceiro escalão», avisa o líder petebista.

Na quinta-feira da semana passada, Gastone Righi esteve no Palácio do Planalto para levar as reivindicações do seu partido, explicando que apenas o ministério é um pleito a longo prazo. «O governo de Roraima e a participação no Conselho Político devem ser para agora», disse ele na ocasião. Lembrando ao presidente que seu partido oferece 18 deputados e um senador fiéis ao governo Sarney, Righi também lhe disse: «Apoiar o governo sem receber nada em troca, fica difícil».

Na sexta-feira à noite, ele telefonou para o presidente, a fim de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Mais uma vez, lembrou o integral apoio do seu partido ao governo, mas lamentou não ter ainda cargos. «Eu quero vocês no meu governo e a meu lado permanentemente», desconversou Sarney e o líder petebista terminou mudando de assunto. Mas, ontem ele voltou ao Palácio do Planalto, para insistir no assunto com Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil.



A comissão presidida por Arinos teve um trabalho inútil

Assembléia recusa-se a debater projeto Arinos

O estigma que cerca o anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, nascida de um decreto do presidente Sarney, poderá tornar inútil o trabalho de quase um ano da Comissão, presidida pelo hoje senador pefelista Afonso Arinos de Melo Franco. Os líderes do PMDB, PFL, PDT, PTB e PCdoB e o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, afastaram a possibilidade de o anteprojeto servir de texto-base aos constituintes, a maioria encarando com desconfiança e até com rejeição a simples idéia de discutir-lo em plenário.

O próprio Arinos, de 81 anos, afirmou que não pretende solicitar ao presidente Sarney o envio do texto ao Congresso, tarefa que considera da competência do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. «O decreto que criou a comissão declara que o texto final serviria de subsídio aos estudos da Assembléia Nacional Constituinte. Cabe ao presidente Ulysses Guimarães avocar o projeto de mim, se o julgar conveniente. Eu não pretendo fazê-lo», garantiu.

Para ele o anteprojeto da Comissão já está cumprindo o seu papel, pois tem servido de base ao projeto do Regimento apresentado pelo Congresso. «As comissões apresentadas no projeto apresentado ao Congresso foram tiradas do texto da Comissão. A própria Comissão de Sistematização foi criada por mim, inspirada na Constituição portuguesa», ressaltou o senador.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, disse que o aproveitamento do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos como texto-base aos trabalhos da Assembléia é uma hipótese completamente eliminada. «Pela primeira vez na história do país vamos fazer uma Constituição sem partir de um texto-base, o que é notável. Se Arinos quiser trazer o texto ao Congresso, ele será um entre milhares para ser discutido, mas nunca como texto-base», afirmou.

Também o deputado do PDT, Brandão Monteiro

rejeitou a idéia: «O projeto da Comissão Arinos temalgumas matérias boas, especialmente na área dos direitos e garantias individuais. Mas em seu conjunto apresnetas profundas desniveis com a realidade do país, pois foi produzido por pessoas sem a legitimidade do voto popular. O senador pode trazê-lo à discussão, se quiser. Mas terá de submeter-se às decisões das comissões formadas pelos Constituintes».

O deputado Gastone Righi, líder do PTB, preferiu ironizar: «Porque o Arinos não traz o texto à discussão para ver o que acontece? Já o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, condenou o anteprojeto por seu excesso de artigos, (ao todo 468), rejeitando a sua ida ao Congresso: «Um texto com tanta discriminação de assuntos é pressa de casuísmos. Tem que preparar um texto fundamental, com idéias gerais, e o resto será feito através de legislação ordinária», pregou.

O deputado brasileiro Augusto de Carvalho, do PCB, foi taxativo: «Sem prejuízo das boas propostas que porventura tenha, este texto foi elaborado a pedido do Executivo e, em minha opinião, tudo que é intromissão ao Legislativo deve ser repellido pela Assembléia Constituinte». No que discordou o líder do PCdoB, deputado Haroldo Lima, que considera importante a discussão do texto: «Se ele fosse servir como texto-base estaria violentando a constituinte, mas acho importante que funcione como subsídio aos trabalhos da Assembléia. O texto tem aspectos muito positivos, como por exemplo o capítulo sobre o papel das Forças Armadas, cuja colocação foi motivo de recuo posterior do próprio Arinos».

Até mesmo o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, considerou desnecessário o envio do texto da Comissão Arinos, para ser discutido pelo Congresso Constituinte. «Quem tem a expressão viva do próprio Afonso Arinos não precisa trazer ao Congresso projetos antigos», justificou.

Além de inútil, caro

Entregue ao presidente José Sarney no dia 18 de setembro de 1986, após 14 meses de trabalhos e uma despesa de mais de sete milhões de cruzados, o anteprojeto da Constituição, preparado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, desagradou a gregos e troianos.

Os parlamentares consideraram-no uma intromissão, impedindo o chefe do Executivo de enviá-lo ao Congresso Constituinte «para não ferir a soberania do Legislativo». Por sua vez, o presidente Sarney discordou publicamente de algumas propostas do anteprojeto, como a implantação imediata do parlamentarismo e a intervenção direta do estado na economia.

Resultado de 104 dias de trabalho, do qual participaram 50 pessoas de diferentes classes sociais, o texto da Comissão Arinos, como ficou conhecida, é

composto por 468 artigos, o que foi considerado um «exagero» nos meios políticos.

O jurista Afonso Arinos, hoje senador pelo PFL, foi o presidente da comissão à época e, apesar do trabalho desenvolvido, não pretende apresentar o texto ao Congresso Constituinte, deixando a responsabilidade ao deputado Ulysses Guimarães.

O orçamento dos trabalhos da comissão, entregue ao Executivo junto com o texto final, somou um total de Cz\$ 7.315.000,00, subdivididos em Cz\$ 1.070.000,00 para gastos em despesas de publicações; Cz\$ 1.070.000,00 em correspondência, comunicações telefônicas e telegráficas, material de consumo (papel), fotocópias, fitas e aluguel de xerox; e Cz\$ 3.270.000,00 gastos em transporte e hospedagem. (Bilau Pereira)

Afif ajuda empresários a prepararem protesto

São Paulo — O líder de maior expressão entre os empresários ligados ao comércio, o deputado federal constituinte Guilherme Afif Domingos — que tem a respaldar suas ações 508 mil votos obtidos na última eleição — trocou o plenário da Constituinte por uma reunião com dirigentes regionais e municipais de associações comerciais. Antes de dar o «pontapé inicial» na marcha dos comerciantes à Brasília, justificou-se: «Brasília é a capital da alienação nacional. Vim aqui para não perder o contato com o Brasil real».

Sem uma voz a contestá-lo, durante quatro horas de reunião,

Guilherme Afif fez prevalecer sua opinião de que a «Marcha à Brasília» precisa ser um movimento bem preparado: «Precisamos planejar a nossa ação e evitar radicalização. Não seremos massa de manobras de ninguém mas também não seremos vacas de presépio». Com seus argumentos, Afif convenceu a todos os 230 presidentes de associações comerciais, de que é preciso moderação. A proposta do comércio de Catanduva, de uma «quebradeira geral», Afif perguntou: «É uma quebradeira física ou financeira?». Todos riram e acabaram deixando-a de lado.